

AS BASES COGNITIVAS EPISTEMOLÓGICAS FUNCIONAIS DE CONSTITUIÇÃO DOS DISCURSOS

Pedro José Mascarello BISCH*

RESUMO: Este artigo divulga pesquisas desenvolvidas na tese *Contigüité et analogie dans le langage* (Contigüidade e analogia na linguagem). De acordo com os estudos de Roman Jakobson e de Adhémor Gelb sobre o comportamento de uso da linguagem por afásicos, notou-se um comportamento similar quanto a indivíduos normais, o que foi consignado sob a ação de dois princípios cognitivos epistemológicos: os princípios de contigüidade e de analogia. Segundo uma orientação fenomenológica e lançando mão de trabalhos de Émile Benveniste e Jean-Paul Bronckart, aborda-se presentemente a pragmática da intencionalidade significativa, desenvolvida pelo sujeito enunciador em suas instâncias de discurso – isto o levará a elaborar comunicativamente diferentes tipologias textuais e cotextuais.

Palavras-chave: contigüidade; analogia; afasia; cognição; pragmática.

Nos mecanismos epistemológicos que levam o sujeito ao uso das línguas, a referida tese, *Analogie et contigüité dans le langage*, estudou a difícil problemática que liga a expressão do pensamento à linguagem, problemática vista, então, de acordo com uma atitude intencional significativa que conduz o *sujeito percipiens* às práticas textuais. Salientou-se assim uma atitude intencional, comunicativamente funcional, que o leva à expressão pela linguagem de conteúdos pragmaticamente aplicáveis. Considera-se assim, fenomenologicamente, que todo discurso possui, por característica usual, apresentar-se, normalmente, sem uma preparação prévia dos conteúdos exatos a serem expressos, e que toda produção textual é, assim, o fruto inelutável de uma intencionalidade significativa, que atinge o nível consciente efetivo graças às formas lingüísticas atualizadas. Isso pressupõe, pois, em todos os estágios de atualização do pensamento pela linguagem, uma prévia percepção intencional dos conteúdos a serem expressos.

O conteúdo fenomenológico destas pesquisas, consignadas igualmente nos trabalhos de 1995, 1998b e 2002, apresenta-se como de importância capital para que se entendam os processos humanos conscientes de conhecimento veiculado pela linguagem. Suscitado inicialmente pela leitura das análises

* Professor Adjunto de Língua e Literatura Francesas da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade de Paris X - Nanterre. mascarellop@ig.com.br

dicotômicas de Roman Jakobson (1963, 1969) – que distinguiu, no comportamento lingüístico de um certo tipo de afásicos, lacunas denominadas, por um lado, metafóricas quanto à designação lexemática de objetos de natureza perceptiva sensorial, e, por outro lado, metonímicas na construção linear dos enunciados – o conteúdo de nossas pesquisas se prolongou nas observações efetuadas acerca do comportamento lingüístico normal de crianças, adolescentes e adultos, em especial, em contextos de prática estudantil. Foram observações que vieram, pois, destacar a ressurgência em sujeitos normais de tendências cognitivas nitidamente semelhantes às dos indivíduos afásicos estudados pelo lingüista russo.

Distinguímos, destarte, formalmente, segundo uma primeira abordagem que estuda a intencionalidade significativa em seu deslanchar imediato na atividade consciente das produções textuais, formuladas pelos objetos expressivos língua, dois *âmbitos semântico-referenciais* básicos que fundam a atividade lingüística:

- a) o da subjetividade, ou da 1ª pessoa gramatical, relacionado com uma percepção caracterizada por sua contigüidade imediata, ditada ao *sujeito percipiens* por intuições ditas “derivadas”¹, este âmbito é governado pelo *princípio cognitivo epistemológico de contigüidade* – trata-se de uma organização designativa cujos conceitos lexemáticos, como “precisar”, “gostar”, “detestar”, ainda que a criança desconheça as respectivas unidades lingüísticas que virão designá-los, começa já a dominá-los desde suas primeiras experiências de mundo;
- b) o da objetividade espaço-temporal, cujo alcance associativo de designação por unidades lexemáticas – de caráter referencialmente generalizante face à multidão similar dos objetos sensoriais espacializados – é nitidamente posterior, pois depende do desenvolvimento de capacidades lógicas em relação com um *princípio cognitivo epistemológico de analogia*, graças ao qual o indivíduo poderá, por um consenso de retenção qualitativa de propriedades e finalidades dos objetos sensoriais, vir catalogar, sob uma designação lexemática geral, esses elementos percebidos, sensorialmente exteriores (WHEWEL, 1967, livro VIII, p. 469).

No caso a), sob um ponto de vista exclusivamente gramatical, segundo a orientação lingüística de Émile Benveniste, situa-se integralmente o que registrou nas instâncias comunicativas como “correlação de subjetividade” (1966,

¹ Precisão proposta por Pierre Jacob, por ocasião de sua conferência *À quoi bon naturaliser la sémantique*, pronunciada na École Nationale Supérieure de Paris, rua de Ulm a 26/02/1997, para assinalar que os fatos em questão dependem de uma percepção sensorial espacializada registrada no âmbito correlato da 3ª pessoa gramatical, que consignamos a seguir.

p. 235), incluindo o emprego da 1ª e 2ª pessoas gramaticais, pois há uma dinâmica de troca de papéis enunciativos em que, por sua vez, cada um dos interlocutores recorre ao emprego da 1ª pessoa gramatical. Para distinguir-se a instância *a*) da *b*), recorremos a um ponto de vista pragmático-gramatical de base, segundo o que este lingüista denominou “correlação de personalidade” (*ibid.*)². Esta corresponde, na instância *b*), concernindo ao emprego da 3ª pessoa gramatical, à aplicação discursiva de uma “não-pessoa” (*id.*, p. 232) – esta instância possui, como protótipo referenciado, a espacialidade sensorial da coisa, uma vez que incapaz de participar como *pessoa* a qualquer ato de comunicação. A instância *a*), por sua vez, obedece, epistemologicamente, a uma mera atividade formal de designação generalizada de fatos, cujos conceitos, sem a respectiva designação lexemática, o ser humano, como foi dito precedentemente, já domina em seus primeiros contatos prévios com a realidade de mundo – as unidades lexemáticas *a posteriori* não deterão, como já demonstráramos no artigo de 1998b (pp. 168/78), senão traços semânticos nucleares de ordem intrínseca, marcando o grau de intensidade que determinou a conscientização do fato respectivo.

Estes dois âmbitos se acham, quanto à experiência cognitiva que desenvolve o ser humano, orientados temporalmente:

- a) o primeiro, da contigüidade subjetiva, age, em suas quádruplas modalidades de *fatos puramente afetivos, volitivos, modalizadores e emotivos*, como manifestações intuitivas oriundas das percepções de ordem sensorial, sob um prisma temporal estreitamento ligado ao instante presente, com reações de prolongamento, que incluem possíveis realizações teleologicamente orientadas para um horizonte de futuro;
- b) o segundo, da objetividade sensorial exterior, depende da experiência de passado para que haja retenção das características práticas e funcionais dos objetos percebidos que passarão a constituir os traços semânticos dos respectivos sememas lexemáticos – isto permitirá à criança englobar sob uma única designação lexemática tais objetos, registrados sob as classes morfológicas dos substantivos e verbos, assim como os elementos qualitativos semicamente unívocos de que se compõem, que são registrados pelas classes morfológicas dos adjetivos e advérbios.

A partir destas considerações de base, em perfeita coerência com os *âmbitos semântico-referenciais* assinalados anteriormente, pode-se delinear uma sistematização qualitativa quanto à funcionalidade comunicativa dos conteúdos de discurso, distribuídos então em tipologias textuais precisas.

² Trata-se do famoso art. “Structure des relations de personne dans le verbe”, inicialmente editado no *Bulletin de la Société de Linguistique*, XLII (1946), fasc. 1, nº 126.

É interessante assinalar, como o fizemos no artigo de 2002 (p. 27), que não há praticamente uma tipologia textual pura, cada texto é suscetível de beneficiar-se de *cotextos* subsidiários que vêm reforçar uma prioridade comunicativa intencional, determinando o tipo de texto básico. É o que se dá, seja com os *textos narrativos*, pelo fato de normalmente não poderem prescindir da colaboração de *cotextos descritivos* – que situam espacial e temporalmente seus conteúdos ou caracterizam seus actantes –, seja com os *textos injuntivos* ou *instrutivos*, que, por exemplo, no gênero textual da escrita publicitária, vêm ser seguidamente sustentados por *cotextos argumentativos*, seja com os *textos informativos*, que podem, por sua vez, conter *cotextos narrativos* ou *descritivos*, contudo sempre em relação direta com a prioridade funcional da novidade de informação que o caracteriza como fundamentalmente *informativo*.

Em uma primeira etapa de sistematização de tipologias textuais produzidas, recorremos novamente a Benveniste, em especial, à sua distinção entre o que seriam as instâncias de utilização da linguagem como “discours” e “histoire” (1966, p. 238)³. Isto veio permitir que se delineassem dois grandes grupos de textos: os que concernem a cada uma destas instâncias pragmáticas distintivas.

Por um lado, apresenta-se a tipologia correspondente a *relatos históricos* ou “récits historiques” (*id.*, p. 242), a dos *textos narrativos*. Estes, acompanhados dos seus inalienáveis *cotextos descritivos*, acham-se dominados pela referenciação de conteúdos temporais de experiências de passado com suas *formas verbais aspectuais* características, definidas pelas línguas em valores estilísticos precisos (BALLY, 1951)⁴. Sua tipologia prototípica é a da narração na 3ª pessoa gramatical, caracterizada por Benveniste, como já se assinalou precedentemente, sob o estatuto de uma “não-pessoa”. Caracteriza-se ela por desenvolver, em seus conteúdos referenciados de base – tributários, assinale-se, de uma espacialidade sensorial –, uma cronologia de fatos prováveis (Barthes, 1964: 238/9), munidos do que caracterizamos como uma “universalidade probatória” (1995: 71/2, 1998b: 169). A *tipologia textual narrativa* inclui inevitavelmente evento ou eventos obstáculo ao desenvolvimento do(s) projeto(s) narrativo(s) – na ausência desta entidade obstáculo, o *texto* viria limitar-se a apenas um *texto* meramente *descritivo*.

Por outro lado, encontra-se o grupo das tipologias textuais de *discurso*, que se encontram caracteristicamente dominadas por conteúdos temporais de presente, ou seja, de concomitância comunicativa mais ou menos imediata

³ Traduzimos esta dualidade por “discurso” e “relato histórico”. Trata-se aqui do art. “Les relations de temps dans le verbe français”, inicialmente publicado no *Bulletin de la Société de Linguistique*, LIV (1959), fasc. I.

⁴ Faz-se aqui referência à particularidade posta em valor pelo lingüista suíço na obra citada, quanto à especificidade de existência de uma estilística própria a cada idioma, que consideramos presente tanto em línguas munidas de uma escrita, quanto naquelas que conhecem unicamente uma expressividade falada.

à produção textual, podendo incluir relações dêiticas significativas ao expressar direta ou indiretamente fatos subjetivos afetivos ou cognitivos, registrados pelo enunciador. Em contraposição à tipologia descritivo-narrativa precedente, as presentes tipologias se caracterizam, em particular, por deter em seus conteúdos orientações que visam, como já anunciamos, a realizações prospectivas em possíveis experiências mais ou menos prováveis de futuro, o que o Groupe d'Entrevernes consignou nas unidades lexicais de base sob a égide de um sema de "futurible" (1985, p. 117/8).

Neste grande grupo, distinguir-se-ão os textos que empregam fundamentalmente as formas verbais que atuam no raio de um presente referenciado, com valores comunicativos dêiticos de base – caso dos *textos informativos, explicativos, injuntivos e poéticos*, que evidenciam uma inelutável interação comunicativa –, daqueles cujo emprego característico desta mesma forma verbal reveste-se de um valor de definição (BENVENISTE, 1966, p. 239) ou genérico, sem características de atualização dêitica em sua objetividade cognitiva de conteúdo, caso ilustrado pelos *textos dissertativos*, quer apenas *expositivos*, quer igualmente *argumentativos*. No primeiro caso, teremos, como assinalou Jean-Paul Bronckart (1985, p. 67/87), "discursos em situação" e, no segundo caso, "discursos teóricos".

Os *textos informativos* – de que se abstrai a idéia generalizada de que "todo texto informa" – caracterizar-se-ão pela prioridade dada ao conteúdo, essencialmente, de novidade desconhecida que o emissor comunicará a seus eventuais destinatários: é o que salientarão os textos dos gêneros, entre outros, epistolar e jornalístico. Diferirão dos *textos explicativos*, na medida em que estes prestam esclarecimentos sobre algo pouco conhecido, ou do que se tem um conhecimento imperfeito – é o caso de todo verbete de dicionário, e dos documentários, isto é, instâncias comunicativas em que o destinatário possui algum conhecimento sobre o tema abordado. Por sua vez, os *textos injuntivos ou instrutivos* veiculam em seu conteúdo um comportamento que o emissor desejaria que fosse adotado pelo(s) destinatário(s) – é o caso de textos de receitas culinárias, de bulas de medicamento, de propagandas.

Quanto aos *textos poéticos*, pertencem, por razões que lhes são próprias, à classe de *discurso em situação*, na medida em que o *sujeito percipiens* enunciador não domina voluntária e referencialmente o conteúdo veiculado pela mensagem. Expressam a ressurgência à consciência do enunciador fatos subjetivos ressentidos, fenomenologicamente, graças à sua incidência intensiva, como frisou Henri Bergson em sua tese (1927, p. 4-55). Trata-se aqui de fatos pertencentes à categoria dos *fatos subjetivos afetivos*, em suas quatro sub-classes, de incidência simultânea ou não entre elas: *fatos puramente afetivos, volitivos, emotivos* ou *modalizadores*. Incluem, conseqüente e concomitantemente, por sua expressão lingüística textual, *fatos subjetivos cognitivos* respectivos, automaticamente registrados pelo *sujeito percipiens*.

No que concerne à categoria específica dos *fatos subjetivos cognitivos*, seu comportamento de ressurgência perceptiva à consciência – governada por

uma intencionalidade, muitas vezes não dominada pelo *sujeito percipiens*, isto nos casos ditos de lacuna de memória – é similar. Esta instância epistemológica é atestada pela linguagem, na impraticabilidade de certos enunciados, como o virtual intrínseco – isto é, ao nível da objetividade da mensagem – de *fatos subjetivos cognitivos* como o de “Logo mais vou saber a lição”, e *puramente afetivos*, como o de “Amanhã vou gostar deste bolo”. (Ambos, a um segundo nível extrínseco – isto é, ao nível da consciência reflexiva do próprio enunciador – são duplamente *fatos subjetivos cognitivos*.) A impraticabilidade destes exemplos, que os colocam ao nível do imponderável, confirma o acertado da reflexão bergsoniana (ibid.), segundo a qual os fatos próprios à subjetividade afloram à consciência do sujeito, independentemente de sua vontade, e, se porventura isso acontece, faz-se graças a uma incidência intensiva dos mesmos, o que vem confirmar o enigmático rimbaldiano de que “eu é um outro” (1972, p. 250)⁵.

Os *textos dissertativos* se mostram, na área das manifestações de discurso, como uma tipologia em que o enunciador expressa um *fato subjetivo cognitivo* – acha-se igualmente submetido, como os *fatos subjetivos afetivos*, a ressurgências imponderáveis de consciência – estes fatos subjetivos se opõem ao provável⁶ dos fatos perceptivos sensoriais espacializados, a que se aludia anteriormente, correspondentes ao manejo lingüístico do âmbito semântico-referencial da 3ª pessoa gramatical. Como já se assinalou também, esta *tipologia textual* diz respeito a um *discurso teórico* que se caracteriza pelo emprego característico da *forma verbal* de presente do indicativo sob um avatar de genericidade, com um valor intemporal de definição – como assinalara Benveniste (1966, p. 239) –, portanto, não dêitico. Distinguem-se em uma dupla sub-tipologia: *textos dissertativos apenas expositivos*, cujo conteúdo expressa unicamente a(s) idéia(s) tida(s), sem defendê-la(s), e *textos dissertativos argumentativos*, em que a(s) idéia(s) acha(m)-se justificadas e, em um estado mais intensivo e elaborado, confrontada(s) com a expressão de suas eventuais antíteses.

BISCH, P. J. M. FUNCTIONAL EPISTEMOLOGICAL COGNITIVE BASIS OF DISCOURSE CONSTITUTION

ABSTRACT: *This paper aims at divulging researches developed in the thesis Contigüité et analogie dans le langage (Contiguity and analogy in*

⁵ Neste caso, é interessante notar a interpretação não fenomenológica dada por Émile Benveniste, que analisa o dito do poeta como prova de uma “alienação mental” (1966, p. 230).

⁶ Ao nível literário, de acordo com este princípio fenomenológico, referimo-nos novamente a Barthes (1964, p. 238/9), que percebe a imaginação romanesca como “*provável*”, por oposição à imaginação poética que se apresenta como “*improvável*”.

language). According to Roman Jakobson and Adhémar Gelb's studies on language use behavior by aphasics, it was realized a similar behavior concerning to other individuals, what was consigned under action of two epistemological cognitive principles: principle of contiguity and principle of analogy. Based on phenomenological orientation and taking as theoretical framework Émile Benveniste and Jean-Paul Bronckart, meaningful intentionality pragmatics will be approached presently by enunciator-subject in discourse instances – what will allow elaborating, communicatively, different textual and co-textual typologies.

Keywords: contiguity; analogy; aphasia; cognition; pragmatics.

Referências Bibliográficas

BENVENISTE, É. **Problèmes de linguistique générale**, 1 e 2. Paris: Gallimard, 1966, 1974.

BALLY, C. **Traité de stylistique française**. Paris: Klincksieck (3^a ed.), 1951.

BARTHES, R. “La métaphore de l’oeil”, **Essais critiques**, pp. 238-245. Paris: Seuil, 1964.

BERGSON, H. **Essai sur les données immédiates de la conscience** (1889). Paris: P.U.F., 1927.

_____. **Matière et mémoire**. Paris: P.U.F., 1939.

BRONCKART, Jean-Paul. **Le fonctionnement des discours**. Lausanne: Delachaux & Niestlé, 1994.

GELB, A. “Remarques générales sur l’utilisation des données pathologiques pour la psychologie et la philosophie du langage”, In: **Essais sur le langage** (org. J.-C. Pariente). Paris: Minuit, pp. 227-256, 1969.

GREIMAS, A. & COURTÉS, J. **Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage**. Paris: Hachette (2 t.), 1979, 1986.

GROUPE D’ENTREVERNES. **Analyse sémiotique des textes**. Lyon: P.U.L. (5^a ed.), 1985.

HUSSERL, E. **Idées directrices pour une phénoménologie et une philosophie phénoménologique pures**, t. 1 (trad. P. Ricoeur). Paris: Gallimard, 1950.

_____. **Logique formelle et logique transcendantale** (trad. S. Bachelard). Paris: P.U.F., 1957.

_____. **Leçons pour une phénoménologie de la conscience intime du temps** (trad. H. Dussort). Paris: P.U.F., 1964.

JAKOBSON, R. "Deux aspects du langage et deux types d'aphasie", **Essais de linguistique générale**, t. 1 (trad. N. Ruwet). Paris: Minuit, pp. 43-67, 1963.

_____. **Langage enfantin et aphasie** (trad. U. Canger, R. Zigouris). Paris: Minuit, 1969.

KANT, E. "Sur le lieu commun: il se peut que ce soit juste en théorie, mais, en pratique, cela ne vaut point" (1793; trad. L. Ferry), "Anthropologie et pédagogie" (1798; trad. P. Jalabert), **Oeuvres philosophiques** (vol. III). Paris: Pléiade; pp. 249-300, 931-2003; 1986.

KLEIBER, G. **La sémantique du prototype**. Paris: P.U.F., 1990.

LÉARD, Jean-Marcel. "Quelques aspects morpho-syntaxiques des syntagmes et des phrases génériques", In: **Rencontre(s) avec la généricité** (org. G. Kleiber), pp. 133-155. Paris: Klincksieck, 1987.

MASCARELLO-BISCH, P. **Présent et accès au langage** (dissertação em Ciências da Linguagem). Biblioteca de Letras e Ciências da Linguagem, Universidade Paris X-Nanterre (200, av. de la République, bl. L, s. 322, 92000 Nanterre, França): 1995.

_____. "Nouveaux ciblages pour le développement des productions textuelles et la lutte contre l'illettrisme", **Réfléchir sur la langue pour enseigner le français de la maternelle à l'université** (org. M.-L. Elalouf). Paris: Delagrave/C.R.D.P. de Versailles, pp. 91-102, 1998a.

_____. "L'appréhension de l'indicible subjectif", L'indicible et ses marques dans l'énonciation (org. J.-J. Franckel, C. Normand). **LINX**, Nanterre, França, n° especial 1998 (3^o trimestre), pp. 167-193, 1998b.

_____. "Problemas de Produção textual", In: **Recortes lingüísticos**. Vitória: Saberes, 2000, 31-41.

_____. **Analogie et contiguïté dans le langage** (tese em Ciências da Linguagem). Biblioteca Central da Universidade Paris X-Nanterre (200, av. de la République, 92000 Nanterre, França): 2001.

_____. "Critérios de Tipologia Textual", In: **Fala palavra 2**. Aracruz, vol. 2, pp. 19-31, novembro 2002, anual.

MERLEAU-PONTY, M. **Phénoménologie de la perception**. Paris: Gallimard, 1987.

RIMBAUD, A. Lettre à Paul Demeny du 15/05/1871, In: **Oeuvres complètes**, pp. 249-254. Paris: Pléiade, 1972.

WHEWEL, W. **The philosophy of the inductive sciences founded upon their story** (1857). Londres: F. Class, 1967.